03/07/2013 - Como evitar tragédias iguais à de Santa Maria?

*Por Ilan Pacheco**

“Prevenir é melhor que remediar”. Famoso nos quatro cantos do Brasil, esse dito popular ajudaria a resolver muitos dos problemas relacionados à prevenção de incêndio se fosse posto em prática. Mas, como já sabemos, ele está presente muito mais no discurso que em nosso dia a dia. Infelizmente, ainda há um longo caminho para que a situação dos empreendimentos em solo nacional melhore, pois nosso país ainda “engatinha” quando o assunto são dois fatores fundamentais para essa mudança: a cultura do descrédito em relação à prevenção e o alto preço para a adesão dos sistemas de segurança.

Exemplo dessa cultura de remediar após o fato já ter ocorrido é a tragédia da boate Kiss, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, que virou notícia no mundo todo em janeiro deste ano. Quantos estabelecimentos iguais àquele funcionaram por anos e ainda funcionam sem a segurança necessária? Para nossa infelicidade, foram necessários 242 mortos e 123 feridos para que as autoridades desviassem o foco ao sistema anti-incêndio das edificações.

A boate Kiss é apenas um exemplo da falta de rigidez na fiscalização. A liberação para o funcionamento de estabelecimentos se dá sem a checagem necessária, sem que o projeto seja analisado rigorosamente. Aliás, muitas vezes, meros desenhos de uma construção são considerados projetos, que, na verdade, são muito mais que isso: um bom projeto para a prevenção de incêndio deve agregar cada detalhe, como, por exemplo, as interferências com outros sistemas, o risco envolvido no ambiente, a quantidade de trocas de ar/hora do sistema de ar condicionado (HVAC) e classificação da área.

E a pior notícia ainda não é essa. Depois do ocorrido na cidade gaúcha, houve um apelo para que o rigor fosse aumentado, culminando, inclusive, na interdição de diversos imóveis. O que poucos sabem, contudo, é que os equipamentos que estão sendo instalados geralmente não são eficazes. Em muitos casos, são fabricados no exterior, têm o selo de autorização colado aqui no Brasil e são vendidos sem a menor fiscalização. Exemplo claro dessa negligência é a inexistência de um órgão responsável para avaliar os detectores de fumaça, partes tão importantes na precaução e combate ao fogo.

Desta forma, a fiscalização sobre esses equipamentos de segurança anti-incêndio também deve ser revista em nosso país. Por incrível que pareça, nenhuma das normas nacionais exige qualquer tipo de certificação reconhecida que ateste e assegure a qualidade desses produtos. Como consequência, constrói-se o seguinte cenário: é instalado o que há de mais barato no mercado, a preocupação com segurança fica em segundo plano e dezenas – às vezes centenas - de vidas são postas em risco.

* Ilan Pacheco é engenheiro eletricista, pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho e Diretor de Vendas da ICS Engenharia, empresa especializada em proteção contra incêndio.